

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 1997, NO AUDITÓRIO DA SMSA, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR, BELO HORIZONTE.

Aos treze dias do mês de novembro de mil, novecentos e noventa e sete, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:50 horas, a Secretária Geral do Conselho, Simone Dutra Lucas, iniciou a reunião fazendo a leitura da seguinte pauta: 1 - Votação da proposta de ata da reunião realizada no dia 09/10/97; 2 - Informes; 3 - Conselho Distrital Centro-Sul; 4 - Eleição de Gerentes, 5 - Fórum distrital para a Plenária Metropolitana de Saúde; IIª Plenária Estadual de Conselhos. Por não haver quórum regimental para votação da ata, Simone, dá início ao ponto Informes com a leitura de documentos recebidos pela mesa diretora. Lê documento do Sindicato dos Médicos denunciando a remoção de sete profissionais que estavam lotados na unidade de urgência do Barreiro e correspondências dos Deputados Jaime Martins, Vitório Medioli e Nárcio Rodrigues, do Prefeito de Pouso Alegre, Jair Siqueira e da Senadora Regina Assunção, em resposta a ofícios encaminhados pelo CMS/BH, solicitando aprovação da PEC 169. Apresenta abaixo-assinado da Câmara de Vereadores, de iniciativa da Vereadora Jô Moraes, em protesto ao corte de 6% determinado pela CIBE. Informa que o Vereador André Quintão, comunicou a inclusão na pauta da Câmara na 1ª semana de dezembro do projeto que dá nova redação à lei que criou o CMS/BH e a aceitação pelo Prefeito Célio de Castro da retirada da palavra “dependendo” do artigo que trata da homologação das Resoluções do Conselho. Diz que o vereador e conselheiro está propondo uma reunião com a participação dele e do vereador Rogério Correia, autores de um substitutivo, do vereador Osmar Miranda, que é autor de outro substitutivo, do Secretário Municipal de Saúde e do Conselho. Fala que informou ao vereador André, que está pendente a questão da periodicidade das Conferências, cujo parecer jurídico já foi solicitado à Procuradoria do Município, mas tentará marcar a reunião proposta para a próxima quinta-feira (20/11). O senhor Menezes, Secretário da Associação Nacional de Pacientes Doadores e Transplantados, faz a leitura de documento entregue à mesa, no qual a entidade denuncia a situação vivida pelos pacientes que representa e solicita que a questão seja pautada para discussão no Conselho. O outro representante da entidade fala da preocupação pelo limite imposto aos pacientes de hemodiálise em consequência do teto estabelecido para pagamento agravado com o corte linear de 6% feito pelo SUS. Diz que os pacientes de hemodiálise estão na chamada roleta russa e pergunta quem irá decidir sobre quem vai viver e quem vai morrer. O conselheiro Jader, comenta a questão e propõe que o assunto seja pautado em uma reunião do Conselho para a qual seriam convidados as entidades representativas dos pacientes crônicos, prestadores, governos municipal e estadual, sociedade de nefrologia e

41 planos de saúde. A conselheira Simone, acrescenta proposta de que também sejam
42 convidados os membros da Bipartite. O conselheiro João Athayde, propõe que o
43 órgão próprio da SMSA levante todos os dados sobre a questão para que na reunião
44 proposta pelo Jader, o Conselho já esteja instrumentalizado com informações que lhe
45 dêem condições de se posicionar. A conselheira Maria Josefina, pede ao secretário-
46 adjunto, Fausto F. dos Santos, que informe sobre a unidade 24 horas do Santa
47 Terezinha. Fausto, esclarece que a unidade 24 horas do Santa Terezinha, assim como,
48 a da Silveira na regional Nordeste e da Sagrada Família, na Leste, faz parte de um
49 projeto de urgência/emergência para a cidade. Quatro unidades foram ativadas na
50 administração passada e as do Santa Terezinha e Silveira estão prontas e equipadas
51 mas a Prefeitura não tem como ativá-las pela questão financeira, já que cada uma
52 delas exigiria para o pleno funcionamento, um contingente em torno de 200 pessoas,
53 não sendo possível ao município no momento arcar com as despesas correspondentes.
54 Diz que diante da perspectiva de que não haverá condições de nos próximos dois anos
55 serem ativadas as unidades, será aberta uma discussão com as Comissões Locais,
56 Distritos e Conselhos Distritais, podendo envolver também o Conselho Municipal, no
57 sentido de definir uma destinação para os espaços que são públicos e estão se
58 deteriorando. Acrescenta que, no caso da Pampulha, o Distrito Sanitário está
59 propondo a transferência de algumas unidades que funcionam de forma improvisada
60 para o local, e na Nordeste ainda há total indefinição, o mesmo ocorrendo na Leste.
61 Como informe, Fausto, presta esclarecimentos sobre o corte determinado pela CIBE
62 através da deliberação 148 e coloca a questão da programação, afirmando que o
63 estado sem novos recursos está propondo uma programação que realoca os recursos
64 recebidos por Minas Gerais, o que implicará em mais cortes para Belo Horizonte.
65 Jader, propõe como encaminhamento, que a questão da programação seja discutida
66 ainda na presente reunião no ponto referente à IIª Plenária Estadual de Conselhos. O
67 conselheiro distrital de Venda Nova, Evaristo Garcia, passa informes sobre a
68 mobilização da comunidade daquela região em torno do Pronto Socorro. Informa
69 também, que o vereador Paulão convocou o presidente do Sindicato dos Médicos,
70 Ricardo Menezes, para expor sobre as denúncias feitas pelo Sindicato sobre a
71 chamada “Roleta Russa”. Reitera denúncias de obras que diz terem sido
72 sobrevalorizadas, executadas nos Centro Saúde Santa Amélia e Minas Caixa. O
73 conselheiro José Osvaldo, passa informe sobre a questão do HJK, sobre a unidade 24
74 do Tirol, agora denominada Ernesto Chê Guevara e sobre denúncia formulada contra
75 o Hospital Nossa Senhora Aparecida, encaminhada ao Conselho. Simone, esclarece
76 que os casos de denúncias são encaminhados à auditoria e no caso citado por José
77 Osvaldo, foi recomendado o acompanhamento de um membro da CTFCA. O
78 conselheiro Paulo César, informa que a Câmara Federal aprovou a prorrogação até
79 23/01/99 da CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira).
80 Critica a aprovação e propõe que o Conselho se posicione junto ao Senado, onde a

81 CPMF ainda será votada, contrário à sua aprovação. Informa sobre a votação da PEC
82 169, prevista para o início do próximo mês e questiona se seria na conjuntura atual,
83 interessante que a PEC fosse votada na data prevista. O conselheiro João Athayde,
84 fala sobre a questão da PEC e o pacote lançado pelo governo federal. Defende que o
85 Conselho aprofunde a discussão sobre a política do governo federal, sob pena de, na
86 sua opinião, fracassar qualquer mobilização em torno de recursos para a saúde. O
87 conselheiro Eduardo Leal, informa de votação amanhã na Câmara Municipal sobre a
88 licitação para o transporte público em Belo Horizonte. O conselheiro Geraldo
89 Mossem, fala sobre a questão da licitação para o transporte coletivo e informa que o
90 Conselho distrital de Venda Nova discutiu o problema das consultas especializadas e
91 foram passados dados que considera estaremcedores, citando o Hospital Municipal
92 Odilon Bherens, que teria 15 mil consultas especializadas que não são oferecidas à
93 Central de Marcação de Consultas e a Santa Casa, que teria 3 mil consultas, nas
94 mesmas condições. Propõe que a questão seja pautada com urgência para discussão
95 pelo plenário do Conselho Municipal de Saúde. Jader, esclarece que existe uma série
96 de assuntos pendentes para serem incluídos na pauta e o que a mesa diretora poderá
97 fazer é dar prioridade à questão das consultas especializadas. A conselheira Rosalina,
98 fala das dificuldades enfrentadas pela Secretaria Executiva do Conselho para prestar
99 informações solicitadas pelos usuários, diante da falta destas informações que não
100 chegam ao próprio Conselho e cita exemplo do Tratamento Fora do Domicílio, sobre
101 o qual não pôde dar uma informação solicitada pelo telefone por não dispor de
102 nenhum dado referente a esse serviço. Na seqüência, já com existência de quórum
103 Simone, passa a votação da proposta de ata da reunião realizada no dia 09/10. O
104 conselheiro Geraldo Mossem, questiona omissões que diz terem ocorrido na ata e a
105 conselheira Maria Josefina apresenta retificação. A conselheira Rosalina, que faz as
106 atas das reuniões, esclarece que tem havido problema com o som prejudicando as
107 gravações, embora reitere que a ata não é a transcrição das fitas e sim apenas o
108 resumo do que ocorre nas reuniões. Sugere que os conselheiros apresentem por
109 escrito as retificações que desejarem. A secretária geral, Simone, coloca que ficará
110 suspensa a votação, ate que sejam apresentadas as retificações propostas. Dando
111 seqüência à pauta, convida a representante do Conselho Distrital Centro-Sul para
112 fazer a apresentação das atividades daquele Conselho. A presidente do Conselho
113 Distrital Centro-Sul, Lourdes Souza Lopes, fala do funcionamento daquele Conselho
114 que, segundo diz, iniciou suas atividades com grande participação de usuários e está
115 há um ano no segundo mandato, tendo havido uma queda na participação o que na
116 sua avaliação, deve-se de um lado ao desinteresse de uma parcela da população da
117 região que é de poder aquisitivo elevado e não se preocupa com o funcionamento do
118 SUS, enquanto de outro lado está uma parcela totalmente desprovida de serviços
119 sanitários e de saúde, que é mais participante, mas em onze centros de saúde e duas
120 policlínicas, somente dois Centros de Saúde tem Comissões Locais funcionando

121 efetivamente e em três estão sendo formadas Comissões. Os demais estão, segundo
122 diz, situados em locais onde a população não usa os serviços públicos de saúde por
123 terem poder aquisitivo melhor e possuírem planos de saúde ou pagarem consultas
124 particulares. Cita como exemplos o Centro de Saúde Osvaldo Cruz, no Barro Preto e
125 Menino Jesus, no Bairro Santo Antônio, onde os usuários são na maioria empregadas
126 domésticas que usam o serviço mas não são moradoras na região e não se envolvem
127 na defesa da unidade de saúde que frequentam. Atribui a queda na participação ao
128 fato de que, segundo diz, no primeiro momento havia uma grande esperança de
129 melhoria nos serviços de saúde, frustrada pelas dificuldades enfrentadas pelo SUS, o
130 que vem gerando inclusive falta de quorum nas reuniões do Conselho Distrital. Fala
131 de problemas de segurança no Centro de Saúde Santa Rita que obrigaram ao
132 fechamento da unidade e solicita que o Conselho Municipal de Saúde ajude na
133 solução dos problemas. Critica a falta de intercâmbio entre o Conselho Municipal e
134 os Conselhos Distritais e Comissões Locais e pede que o Conselho Municipal de
135 Saúde se empenhe em melhorar a comunicação com os outros conselhos. Simone,
136 fala da importância de estabelecer a integração entre os Conselhos e coloca sua
137 opinião de que o Jornal dos Conselhos, em processo de elaboração é um dos fatores
138 de integração. Sugere que os Conselhos Distritais e Comissões Locais entrem em
139 contato com a Câmara Técnica de Comunicação do Conselho Municipal de Saúde.
140 No ponto seguinte da pauta: eleição de gerentes, a coordenadora da Câmara Técnica
141 de Recursos Humanos e da Comissão formada para encaminhar a questão, Warlene
142 Rezende, apresenta com a utilização de transparências, o relatório contendo as
143 conclusões da Comissão. Faz uma retrospectiva de todo o processo desde a aprovação
144 das eleições na V Conferência Municipal de Saúde. O relatório contém critérios
145 levantados a partir de ampla discussão promovida nas Comissões Locais de Saúde,
146 Conselhos Distritais e Entidades representativas de trabalhadores da área de saúde,
147 que encaminharam propostas na maioria baseadas em questionário enviado pela
148 CTRH a todos os setores citados. No questionário foram levantadas as seguintes
149 questões: - Quem vota; - Qual o tempo de mandato do gerente eleito; - Quem destitui
150 o gerente eleito; - Se poderá haver reeleição; - Quantas reeleições; - Se a reeleição
151 poderá ser para a mesma unidade ou para outras; - Como se dará a substituição do
152 gerente destituído, se haverá nova eleição. Warlene, esclarece que diante de alegações
153 de que a eleição seria ilegal por contrariar a Lei 6794, que criou a função de gerente e
154 diz que a função seria de livre nomeação do prefeito, foi solicitado parecer jurídico da
155 Procuradoria Geral do Município, do qual lê a conclusão, em que o procurador
156 afirma que “a eleição direta não pode e não deve ser realizada, sob pena de macular o
157 princípio da legalidade, sendo este cumprimento obrigatório por parte do
158 administrador público.” Diz que outros dois pareceres foram recebidos, um de um
159 advogado contratado pelo grupo gerencial, Dr. Nicolás, que considera a eleição ilegal
160 e o parecer solicitado pela mesa diretora ao Dr. Domingos, advogado do

161 SINTSPREV, que coloca que “ a lei faculta ao administrador a indicação dos gerentes
162 das unidades, mas dá-lhe uma liberdade, e o exercício dessa liberdade depende
163 apenas de duas questões: a vontade política do estado e sua relação com o
164 governados. Diz que ele termina dizendo que “o resto é interesse corporativo
165 fantasiado de direito.” Acrescenta que portanto, pelo último parecer, a eleição pode
166 ocorrer desde que haja vontade do executivo. Simone, propõe que seja feita nova
167 leitura do relatório, com destaques do plenário, sendo considerados aprovados os
168 itens não destacados. O conselheiro Eduardo, propõe como forma de
169 encaminhamento que considerando ser definição da Conferência pela realização das
170 eleições e considerando o parecer do Procurador do Município, que, na sua opinião, é
171 o mais isento por não expressar a posição de nenhuma das partes em litígio, a mesa
172 diretora se sente com o executivo e trabalhem no sentido de um consenso que
173 viabilize a eleição. A secretária geral, Simone, coloca seu entendimento de que em
174 qualquer circunstância cabe ao plenário do Conselho a decisão. A conselheira
175 Rosalina, propõe que seja solicitada audiência ao prefeito e cobrado dele o
176 compromisso que assumiu frente ao plenário do Conselho, enquanto candidato, de
177 acatar as eleições. O conselheiro Alcides, pede esclarecimento sobre se as eleições
178 nos PAMs estão contempladas. Prestado o esclarecimento, o conselheiro Fausto
179 Pereira, levanta questão de esclarecimento e coloca que, na sua opinião, a proposta do
180 conselheiro Eduardo é procedente e se o Conselho votar os critérios a mesa diretora
181 não teria margem de negociação possível com o executivo. Simone, mantém a
182 discussão, concordando que não haja votação. Abre para intervenções do plenário. O
183 conselheiro Jader, elogia o trabalho da Comissão que elaborou o relatório e comenta
184 o item 1.2, dizendo que não vê razão para que os usuários de policlínicas e PAMs
185 tenham tratamento diferenciado dos usuários das unidades básicas quanto a exigência
186 de tempo de cadastramento na unidade, propõe que em ambos os caso o tempo de
187 cadastramento seja de 180 dias. No item 7, observa que, na sua opinião, não cabe a
188 questão reeleição na mesma unidade ou em outra, entendendo que se for em outra
189 unidade não é reeleição e sim uma nova eleição. Fala que no PAM Campos Sales, do
190 qual é gerente, está sendo desenvolvido um novo conceito de gerenciamento com
191 plena participação do colegiado e propõe que experiências de gerenciamento
192 colegiados sejam respeitados no processo de eleição. A conselheira Simone, pede
193 esclarecimento sobre se em unidades que não tenham Comissão Local formada, seria
194 dado um prazo ou estas poderiam ser formadas somente no sentido de viabilizar a
195 eleição. O conselheiro Eduardo, defende que na discussão da mesa diretora com o
196 Prefeito Célio de Castro, seja garantido o compromisso do governo com a
197 implementação das eleições como deliberado pela V Conferência já para o próximo
198 ano, mesmo que a opção, não seja a modificação da lei, o que, no seu entendimento,
199 deveria ser feito. O conselheiro José Osvaldo, pergunta se foi feita na Comissão a
200 discussão sobre eleições no HOB apesar de não estar incluído no relatório. O

201 participante José Carlos, fala que em caso de destituição de gerente deveria haver um
202 prazo para ser realizada a nova eleição. O conselheiro Paulo César, coloca sua
203 opinião, de que deve-se avançar ao máximo na democratização do processo de
204 escolha para os cargos do executivo, embora não entenda que eleição garanta a
205 democratização do processo. Questiona se no quadro atual em que ampla composição
206 política foi feita para a eleição do Prefeito Célio de Castro, a correlação de forças
207 permitiria a eleição de gerentes. Coloca sua posição contrária a eleição, dizendo
208 entender que deve haver um mínimo grau de sintonia entre o executivo e aqueles aos
209 quais ele delegue o exercício do poder. Considera justo que a Conferência tenha
210 aprovado as eleições mas entende que isso não implica em que seja este o melhor
211 caminho. Acrescenta que, nem sempre, as coisas votadas e aprovadas respondem à
212 realidade dos fatos. Cita como exemplo, a eleição do presidente da república,
213 Fernando Henrique, que ganhou no 1º turno, mas, segundo diz, a grande maioria dos
214 que votaram nele se arrependem do que foi uma expressão de maioria. Diz que, na
215 sua opinião, o executivo não poderia ser podado nessa possibilidade de escolha e
216 sugere que a proposta de eleição evolua para uma lista tríplice. O conselheiro distrital
217 Oeste Geraldo Florêncio, coloca seu entendimento de que o candidato a gerente deva
218 apresentar sua proposta de gestão à comunidade. A conselheira Rosalina, coloca sua
219 posição contrária à eleição para gerentes por, na sua opinião, gerente ser governo e
220 entender que o governo deve se submeter ao controle social não cabendo à
221 comunidade que controla o gerente se envolver com o ato de escolha. Cita o exemplo
222 do que está ocorrendo no Hospital Júlia Kubitschek onde, segundo diz, a comissão
223 local está dividida entre os dois grupos que disputam a eleição. Questiona a fala do
224 conselheiro Paulo César, que no seu entendimento, argumentou contra a eleição e diz
225 que se o povo se arrependeu de votar em Fernando Henrique saberá certamente
226 mudar na próxima eleição e espera que o mesmo ocorra caso a população se
227 convença de que as eleições para gerentes não deram certo, discutindo e revendo a
228 decisão em outra Conferência. Coloca sua opinião de que a Conferência é um
229 mecanismo de Controle Social e sua deliberação tem que ser encaminhada. O
230 conselheiro Paulo César, citado por Rosalina, pede direito de resposta concedido pela
231 mesa e diz que a conselheira tergiversou sobre sua fala. Diz não ter dito que é contra
232 eleição, apenas afirmando que o fato da maioria optar por determinada coisa, não
233 significa que ela faz a opção certa e a Conferência pode se equivocar como a maioria
234 do povo se equivocou quando votou em Fernando Henrique. O conselheiro Antônio
235 Francisco (Sardinha) coloca que é favorável a eleição para gerentes dependendo dos
236 critérios e diz ser necessário que não se esqueça que existem os coronéis eleitorais
237 que poderão dominar as eleições em redutos que controlarem. Entende que o colégio
238 eleitoral amplo que permita que votem todos os maiores de 16 anos favorece o
239 coronelismo e diz que se esse critério for mantido será sempre contra a eleição. O
240 conselheiro Antônio Gomes, fala sobre a questão da eleição no HOB e coloca que

241 deve ser aberta uma discussão separada dessa unidade. A conselheira Cristina, fala
242 que parece brincadeira que depois de um ano em que a CTRH vem desenvolvendo o
243 trabalho para chegar aos critérios de eleição venham pessoas discutir se é contra ou
244 favor da eleição e acrescenta que só se saberá se a eleição vai dar certo ou não quando
245 elas forem realizadas. Concorde que há o risco de domínio dos coronéis mas entende
246 que deve se correr este risco já que, no seu entendimento, também pode se dar o
247 contrário ou seja, o afastamento definitivo da figura do coronel pelo exercício da
248 democracia que, na sua opinião, se dá no processo eleitoral. Dirige-se ao conselheiro
249 Paulo César, questionando o posicionamento do PC do B em relação às eleições para
250 gerentes e ao adiamento da VI Conferência Municipal de Saúde. O conselheiro
251 Fausto Pereira, questiona o que considera um risco no processo de eleição do
252 estabelecimento de uma política de coronéis e currais eleitorais, o que na sua opinião,
253 poderá ocorrer e como exemplo, diz que qualquer vereador que tenha o domínio de
254 dez centros de saúde, controlando a eleição dos gerentes, estará eleito vereador para o
255 resto da vida. Defende que as pessoas contrárias a eleição têm o direito de expressar
256 sua opinião. Quanto ao trabalho apresentado pela CTRH, diz que, na sua opinião, o
257 ponto 1.3-1, do relatório, que trata de eleições em farmácia distrital, central de
258 esterilização e unidades de suporte, ultrapassa o espírito do que foi discutido e
259 deliberado pela Conferência e diz que essa discussão precisa ser melhor aprofundada.
260 O conselheiro Eduardo, discorda da posição sobre o risco de coronéis e currais
261 eleitorais e diz que prefere correr o risco de ter eleições em dez unidades de saúde
262 onde possa estar demarcando com um coronel, que poderia estar nomeando esses
263 gerentes sem nenhuma eleição, disputando com ele e tentando manter um trabalho
264 que supere o poder dele sobre essas dez unidades. Acrescenta que baseado na
265 legislação atual qualquer prefeito hoje pode nomear todos os gerentes indicados pelos
266 vereadores aliados. Sobre outras unidades, defende que o processo seja estendido a
267 todas não ficando restrito às unidades básicas. A participante Sandra, fala de sua
268 participação junto à Comunidade da região Leste e defende que depois de toda a
269 discussão feita e do trabalho elaborado pela CTRH, a eleição tem que ocorrer. A
270 conselheira Geralda Margarida, fala que, na sua opinião, as pessoas demonstram estar
271 com medo de mudanças e coloca que sendo gerente de unidade de saúde, não teme a
272 disputa eleitoral e diz que o que se assiste o tempo todo é a influência político-
273 partidária nas nomeações o que, no seu entendimento, significa que se isso vier a
274 ocorrer nas eleições de gerentes não será diferente do que está ocorrendo. Fala que
275 não estão sendo levadas a sério as razões pelas quais surgiu essa demanda por
276 eleições, que na sua opinião, deve-se à insatisfação com a atuação de gerentes que
277 não desempenham a função a contento. O conselheiro Paulo César, citado pela
278 Cristina, volta a se manifestar e diz que o PC do B não está formalmente representado
279 no Conselho e nem precisa que ninguém venha a público defendê-lo, mas repudia
280 atitudes que considera de intolerância democrática, o que, na sua opinião, leva muitas

281 vezes as grandes massas a tomarem decisões incorretas. Encerradas as intervenções, a
282 coordenadora da CTRH, Warlene, esclarece as questões levantadas e faz
283 considerações sobre todo o processo de discussão nos trabalhos da Comissão
284 incorporada à CT. Relata que houve posições contrárias incluídas nos relatórios e
285 acirrados debates entre pessoas contrárias e favoráveis à eleição, mas a comissão
286 concluiu que o que a ela havia sido delegado pelo Conselho era apenas o
287 levantamento de critérios, desconsiderando quaisquer propostas que não fossem nesse
288 sentido. Sobre a proposta do Jader, quanto a tempo de cadastramento dos usuários nas
289 unidades, diz ser perfeitamente possível considerar o prazo de 180 dias em todos os
290 casos. Em relação a questão do colegiado, fala da importância desse processo de
291 gestão, mas entende que isso não pode ser motivo para a exclusão de nenhuma
292 unidade do processo eleitoral, embora seja um avanço que deveria, na sua opinião,
293 ocorrer inclusive na gestão dos distritos. Sobre a não-existência de comissão local de
294 saúde, diz que a própria Conferência já havia definido que para ocorrer eleição a
295 unidade teria que contar com comissão local em funcionamento há, pelo menos, seis
296 meses. Em relação ao HOB, diz que a Comissão não entrou no mérito da eleição
297 naquele hospital. Sobre prazo mínimo para nova eleição, em caso de destituição do
298 gerente, pedido de exoneração ou aposentadoria, esclarece que também essa questão
299 não foi tratada. Comenta que a lei que criou a função gerencial é posterior à IV
300 Conferência e até então não seria possível encaminhar eleições para uma função que
301 não existia. Sobre proposta de trabalho dos candidatos a gerentes, diz que também
302 esta exigência já consta das deliberações da V Conferência sobre o processo eleitoral.
303 Esclarece quanto ao questionamento do Fausto, que a deliberação da Conferência fala
304 em unidades de saúde, daí as propostas não se restringirem aos centros de saúde.
305 Comenta a questão da indicação dos gerentes e diz que o processo seletivo não vem
306 sendo respeitado em alguns casos e a forma de escolha dos gerentes tem criado a
307 preocupação de que os critérios técnicos minimamente necessários para o exercício
308 da função sejam desprezados. Diz haver denúncias de que pessoas estão sendo
309 indicadas para ocupar gerência sem sequer pertencerem a área de saúde o que,
310 inclusive, diz contrariar a lei. O conselheiro Jader, esclarece seu posicionamento em
311 relação à gestão colegiada dizendo que sua proposta não é contraditória com a
312 eleição, indo além dos critérios apresentados. A secretária geral, Simone, propõe que
313 de acordo com o encaminhamento já definido no início da discussão, a mesa diretora
314 se sente com o governo para negociar o processo, retornando posteriormente ao
315 plenário para a definição final. Por consenso do plenário, ficou aprovado o
316 encaminhamento proposto. O conselheiro distrital leste, Júlio, faz denúncia de que no
317 PA do Hospital da Baleia ao levar duas crianças para atendimento médico, foi
318 informado que aquele serviço não atenderia duas crianças da mesma família, o que o
319 obrigou a levar uma das crianças para a ser atendida no PAM Baleia. Pergunta se esse
320 procedimento do PA é previsto no contrato com o SUS. Na seqüência, Simone faz a

321 leitura das propostas de retificação a ata apresentadas pelos conselheiros Geraldo
322 Mossem e Maria Josefina. Com as retificações propostas, a ata da reunião realizada
323 no dia 09/10/97, foi aprovada por consenso do plenário. A seguir, Simone passa ao
324 ponto seguinte da pauta: Fórum preparatório da Plenária Municipal de Saúde. Após
325 explicar que a questão ficou pendente na reunião que definiu a participação de Belo
326 Horizonte na Conferência Metropolitana, coloca que haviam duas propostas: uma de
327 que nos distritos seriam realizadas conferências preparatórias e outra de plenárias
328 preparatórias. O conselheiro Geraldo Mossem, levanta questão de ordem e pede
329 esclarecimento sobre se a plenária municipal teria competência para referendar as
330 deliberações das conferências distritais. O conselheiro Eduardo Leal, presta o
331 esclarecimento pedido, afirmando que não há conflito de competência entre as duas
332 instâncias. O conselheiro João Athayde, defende a realização de conferências
333 distritais argumentando que a preparação é também para a Conferência
334 Metropolitana. A conselheira Rosalina, fala que as Conferências e Plenárias são
335 instâncias com características diferentes e pergunta como uma Conferência que é
336 paritária e deliberativa pode ser preparatória para uma plenária que não tem este
337 caráter. A conselheira Simone, fala que a Lei 8142 não prevê plenárias, já o
338 Regimento Interno do Conselho prevê sua realização, mas questiona o fato de que, na
339 sua opinião, é incoerente a proposta de Conferências nos distritos enquanto, no nível
340 maior que é o município, se propõe a realização apenas de uma plenária. O
341 conselheiro Geraldo Mossem, fala que foi exatamente o motivo exposto pela Simone
342 que o levou a manter a proposta de plenárias nos distritos e acrescenta que, no seu
343 entendimento, a plenária municipal não tem o peso político de uma Conferência e, na
344 sua opinião, fazer uma plenária para referendar Conferências, não é correto e não está
345 na Lei. O conselheiro Luiz Moraes, fala que nos distritos não há condições para que
346 sejam feitas Conferências paritárias e entende que, caso aconteçam conferências serão
347 mal-feitas. O conselheiro Alcides, fala que, na sua opinião, os distritos têm sim,
348 competência para realizar Conferência e defende que elas sejam realizadas no sentido
349 de, segundo diz, fortalecer a luta em defesa do SUS. O conselheiro Paulo César,
350 defende a realização das conferências distritais argumentando que além de, pelo
351 Regimento a plenária municipal ser deliberativa, o fórum preparatório visa também
352 tirar posições que serão defendidas na Conferência Metropolitana e acrescenta que o
353 status de Conferência é importante por qualificar o debate das questões que serão
354 tema da Conferência Metropolitana e os delegados à mesma. Após breve debate em
355 plenário, o conselheiro Eduardo, defende as conferências distritais reafirmando os
356 argumentos usados pelo conselheiro Paulo César. A secretária geral, consulta o
357 plenário que por consenso aprova a realização de conferências distritais. Na
358 seqüência, o conselheiro João Athayde, informa que a PEC 169 deverá ser votada no
359 início de dezembro, coincidindo com a realização de uma plenária nacional de
360 conselheiros e defende que sejam escolhidos os delegados a essa plenária. Na

361 seqüência, inicia-se a discussão sobre a participação do CMS na Plenária Estadual de
362 Conselheiros, que será realizada no dia 17/11 no auditório da Faculdade de Medicina
363 da UFMG. O conselheiro Paulo César, levanta questão de ordem e coloca que a
364 presença do CMS na plenária deve ter como objetivo a defesa do SUS/BH frente aos
365 ataques que vem sofrendo com o corte de recursos. Definida a participação do
366 Conselho Municipal na Plenária Estadual de Conselheiros foram indicados os
367 conselheiros municipais Paulo César, Luiz Moraes, Alcides, João Athayde, Lêda,
368 Antônio Gomes, Geraldo Mossem, Maria Josefina, Onorival Amaro e Eduardo Leal e
369 os conselheiros distritais Geraldo Florêncio e Júlio. No ponto seguinte da pauta: II
370 Plenária Metropolitana Regional de Saúde, o conselheiro Paulo César, fala que a
371 Plenária faz parte do processo da Conferência Metropolitana e está sendo convocada
372 de comum acordo com a plenária estadual para facilitar que os representantes dos 36
373 municípios da região metropolitana participem dos dois eventos. Informa que a pauta
374 da plenária é, 1 - Informes atuais do SUS; 2 - Apreciação e aprovação do regimento
375 proposto para a Conferência Metropolitana; 3 - Encaminhamentos. Diz que não há
376 limite para a participação e defende que outros conselheiros participem. Ficou
377 definido que além de Paulo César, que representa o CMS na organização da
378 Conferência, participarão os conselheiros Rosalina, João Athayde, Leda, Luiz
379 Moraes, Onorival, Geralda Margarida, Antônio Gomes e Geraldo Mossem, e os
380 conselheiros distritais Geraldo Florêncio e José Pinho. No ponto incluído na pauta
381 sobre a Plenária Nacional, o conselheiro Paulo César, informa que o Conselho
382 Nacional de Saúde está convocando a Plenária Nacional de Conselhos para os dias,
383 02 e 03/12, quando provavelmente deverá entrar em votação a PEC 169.
384 Considerando que o conselheiro Paulo César, vem representando o Conselho no
385 movimento SOS-SUS e acompanhando as discussões sobre a PEC 169, Simone o
386 consulta sobre a possibilidade de ele representar o CMS nessa Plenária Nacional.
387 Estando o conselheiro Paulo César impossibilitado de participar, foram indicados os
388 conselheiros Onorival Amaro, Antônio Gomes, João Athayde, Alcides, Antônio
389 Francisco (Sardinha) e Eduardo Leal. Na seqüência, Simone, abre a discussão sobre
390 a prorrogação da CPMF, aprovada em primeira votação na Câmara Federal e coloca
391 sua posição sobre o pacote de medidas econômicas lançado pelo Governo Federal que
392 prevê aumento do imposto de renda da pessoa física, o que, segundo diz, poderá ser
393 substituído pelo aumento da alíquota da CPMF já proposto por alguns parlamentares.
394 Comenta a questão, lembrando que defendeu contra o CPMF na Conferência Estadual
395 de Saúde e continua sendo contra por vislumbrar o risco de desvios por parte do
396 governo. O conselheiro Paulo César, fala do seu entendimento de que, quando a
397 CPMF foi aprovada era vista como um alívio na situação da saúde e o que se viu foi o
398 desvirtuamento de seus objetivos. Defende que apesar, de, no seu entendimento, a
399 prorrogação da CPMF até 1999 ser irreversível entende que o CMS/BH deveria
400 marcar sua posição contrária a essa prorrogação. O conselheiro Geraldo Mossem,

BELO HORIZONTE
CONSELHO MUNICIPAL DE
SAÚDE

401 defende que o Conselho não pode ser contra simplesmente e, no seu entendimento, só
402 é possível descartar a CPMF se houver a aprovação da PEC 169. Simone, discorda de
403 vincular a posição contrária à CPMF a PEC 169 e reafirma que sua proposta é de que
404 o posicionamento do Conselho seja contra a prorrogação da CPMF em qualquer
405 circunstância. O conselheiro Roberto, defende que a definição desta questão fique
406 para uma próxima reunião devido ao esvaziamento do plenário. Tendo a mesa
407 acatado este encaminhamento, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da
408 qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada será assinada pelo presidente
409 do Conselho e pela secretária geral. Belo Horizonte, 13 de Novembro de 1997.
410 RFF/vld